

Assembléia  
geral em 27/3,  
participe!

## 25% para repor o salário de maio de 2001

**É** isso! No andar da caruagem inflacionária, até a data-base em maio de 2003 será necessário um reajuste da ordem de 25% para repor o poder aquisitivo de maio de 2001. Por isso, o Fórum das Seis, em sua reunião de 20/3, decidiu reivindicar ao Cruesp a reposição salarial de 25%, com base no ICV-Dieese.

Na Constituição os vencimentos são irredutíveis. Mas com preços liberados para os produtos que necessitamos comprar, a velocidade de depreciação salarial fica à mercê da ganância dos agentes que têm poder de determiná-la. Por maior que possa parecer a correção inflacionária, ela apenas repõe o poder de compra do mês de referência que selecionamos.

Ou seja, os R\$ 5.216 que um doutor passaria a receber com um reajuste de 25% em maio/03 comprariam aproximadamente a mesma quantidade média de produtos que os atuais desgastados R\$ 4.173 conseguiriam comprar em maio/2001. Portanto, em apenas dois anos o processo inflacionário corroeu cerca de ¼ do salário que duramente conseguimos conquistar a partir do movimento de 2000. Se fôssemos ainda mais longe, janeiro de 1989, o poder aquisitivo de um doutor valia cerca de R\$ 7.892 quando expresso em termos do valor projetado para o real em maio de 2003.

### Arrecadação alta

E os reitores o que fazem?

A previsão para o ano passado era de uma arrecadação de 26,2 bilhões (livre dos descontos), mas no fechamento do

ano ela atingiu 27,1 bilhões. Os 9,57% repassados às universidades contemplariam o abono salarial de 25%, então reivindicado, e ainda deixariam margem para crescimento real da parcela de recursos para custeio e capital. Até o momento os reitores nem se dignaram a responder à nossa reivindicação.

A evolução do ICMS nos últimos seis meses permite inferir que novamente este ano a meta de arrecadação deverá superar em cerca de 18% a arrecadação do ano passado.

Obviamente ainda estamos no início do ano, mas a história nos mostra que, não havendo conivência governamental (ainda maior) com a evasão fiscal, a arrecadação acompanha o processo inflacionário e o crescimento econômico.

Não há, portanto, razão alguma para que os reitores se recusem a colocar sobre a mesa um reajuste pelas perdas inflacionárias medidas pelo ICV-Dieese. Nesta mesma linha, seriam possíveis reajustes trimestrais pela inflação (nós já tivemos

reajustes mensais e a universidade não quebrou, ao contrário sofreremos nós quando eles foram retirados).

Entre 1995 e 2000 as três universidades comprometeram 87,15% do orçamento com folha de pagamento. Em 2002 este valor caiu para 85,35% (a USP em particular gastou 82,84%). Não é a falta de argumentos de nossa parte que move o descompromisso das reitorias com a reposição salarial. Elas estão sentindo muito a falta do colega nas negociações. Participe!

## Assembléia da Adusp acelera campanha salarial

**A** Assembléia da Adusp realizada em 18/3 acelerou a mobilização para a campanha salarial e resolveu, após debate, manter como indicativo para o Fórum das Seis que o índice de reivindicação salarial da atual data-base seja baseado nas perdas salariais em relação à inflação acumulada medida pelo ICV-Dieese, além do reajuste trimestral com base no crescimento da inflação ou da arrecadação do ICMS, o que for menor.

Antes de deliberar, a Assembléia apreciou uma série de informes sobre a campanha salarial. Foi apresentada à Assembléia uma planilha contendo os dados atualizados do Cruesp, mostrando que a USP fechou o ano com comprometimento de 82% dos recursos com pessoal. Em 2003, se houver um reajuste de 21,78%, o comprometimento será de apenas 85,14%.

A Assembléia decidiu, ainda, confiar ao CR o papel

de Comissão de Mobilização, para a qual já foram também indicados os professores Sérgio Meirelles (IB), Osvaldo Coggiola (FFLCH) e Ademar Ferreira (EP), e aprovou a convocação de reuniões setoriais nas unidades para tratar das questões salarial e da Previdência, com destaque para o indicativo de greve aprovado pelo 22º Congresso do Andes, caso o governo mantenha o processo de votação do PL 9. A Assembléia decidiu manter os demais itens da pauta de 2003, mudando a redação do item 7 para: "Expansão de vagas em cursos regulares de graduação, com financiamento adicional para a manutenção da qualidade do ensino, expansão proporcional do quadro docente e do apoio técnico-administrativo, de salas de aula e demais instalações didáticas e de pesquisa."

Outras decisões:

1. Propor ao CO que aprove uma moção que denuncie

o "rolo compressor" do governo no encaminhamento do PL 9 e os prejuízos para a universidade dele decorrente, e em defesa da Previdência pública e integral;

2. Agendar reunião da Diretoria Ampliada em conjunto com a Comissão de Mobilização para 26/3, às 12h00, na sede da Adusp;

3. Marcar nova assembléia da Adusp para 27/3, às 17h00;

4. Realizar mobilização da categoria para manifestação por conta do lançamento da Campanha Salarial de 2003.

Foram elencadas outras ações, como a construção de um manifesto de intelectuais sobre a Previdência, a articulação de uma visita à Assembléia Legislativa e à Câmara Municipal, e a elaboração de uma cartilha sobre a Previdência que trate de forma direta e objetiva as questões em debate, para ser distribuída para toda a comunidade universitária.

# Congresso do Andes aprova indicativo de greve contra PL9

*Plano de lutas inclui políticas afirmativas contra desigualdade racial*

O 22º Congresso do Andes-Sindicato Nacional realizou-se em Teresina (PI), de 8/3 a 13/3, reunindo 356 delegados e observadores pertencentes a 67 seções sindicais. O debate sobre a reforma que o governo pretende implantar na Previdência foi um dos pontos centrais do 22º Congresso, resultando na aprovação do indicativo de greve contra o PL 9. O Plano Geral de Lutas também passou a incluir, pela primeira vez na história do Andes-SN, o apoio a políticas afirmativas contra a desigualdade racial.

Os votos favoráveis de 216 delegados, contra 29 desfavoráveis e 23 abstenções, levaram o 22º Congresso a aprovar, no dia 12/3, o indicativo de greve contra a tramitação da PL 9, “para barrar sua tramitação e conquistar sua retirada”, como assinala a Carta de Teresina. A proposta será, a partir de agora, debatida pelas seções sindicais. O PL 9 deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional nas proximidades da Semana Santa.

Segundo a Carta de Teresina, o governo atual “aplica e aprofunda a política macroeconômica dos que foram derrotados nas urnas, em 2002: continuidade do pagamento da dívida externa, elevação do superávit fiscal primário para 4,25% do PIB, elevação da taxa básica de juros para 26,5% e, sobretudo, a continuidade da política salarial e das reformas indicadas por FHC”.

O documento lembra que o governo acaba de anunciar a urgência na votação do PL 9, pressionando o Congresso Nacional para acelerar a sua tramitação. “A eventual aprovação do PL regulamentaria os dispositivos da EC nº 20/98, que fixam um teto para a aposentadoria dos servidores e introduzem a previdência complementar privada. O caminho da privatização integral da Previdência estaria

aberto, bem como se estabelecerá um vasto terreno de rapina para as seguradoras”.

## Autonomia

Ainda de acordo com a Carta, o 22º Congresso “expressou sua firme convicção de que o povo trabalhador não abrirá mão da vitória obtida contra FHC, em 2002, e não aceitará que os derrotados e os exploradores sigam ditando a política do país”, e os docentes das universidades brasileiras têm plena confiança em que saberão, ao lado dos demais trabalhadores, “dar seguimento às vitórias de 2002, agora pelo método da luta cotidiana, fundada na independência e autonomia de nossas entidades”.

A luta contra o PL 9 foi o mote da passeata que os participantes do 22º Congresso realizaram no dia 12/3 em Teresina, da qual participaram 400 pessoas, entre professores, estudantes da Universidade Federal do Piauí e integrantes do acampamento “Nossa Esperança”, do Movimento dos Sem Terra (foto).

“Lula, votamos em você. Retire o PL, que é do FHC” esteve entre as principais palavras de ordem, refletindo o sentimento manifestado por muitos oradores durante o debate em torno da questão, de que a greve, se vier a ocorrer, não será contra o governo, mas contra uma reforma de cunho marcadamente neoliberal (veja [www.andes.org.br/22congresso.htm](http://www.andes.org.br/22congresso.htm)). A passeata dirigiu-se até o Palácio do Governo, onde foi realizado um ato público.

## Desigualdade racial

O 22º Congresso aprovou resolução em que reafirma seu compromisso de combate à desigualdade racial e defende a criação de políticas públicas afirmativas. “O Andes-SN reconhece a inexistência de democracia racial no Brasil”, diz o texto aprovado, definin-



do que a discriminação étnica precisa ser combatida “no campo econômico, do acesso e permanência em todos os níveis de ensino, direito ao emprego, participação no poder político e presença nos meios de comunicação”.

A resolução aprovada propõe “o estabelecimento de políticas afirmativas através de políticas públicas, que visem acelerar o processo de inclusão social dos diferentes setores da sociedade que têm sido historicamente vítimas de discriminação social e étnica, como os negros e os povos originários do território nacional”.

A discussão sobre questões de etnia, gênero e classe social será, assim, mantida na pauta permanente do Andes-SN, e será realizado em 2003 um Seminário Nacional sobre Democracia Racial e Ações Afirmativas.

Entre outras decisões importantes, o 22º Congresso decidiu também criar as seções sindicais multiinstitucionais, com o objetivo de aglutinar e organizar os docentes universitários do setor privado. Com relação à luta contra a atuação das fundações privadas “de apoio”, as seções sindicais de

todos os Estados deverão fazer levantamentos da atuação dessas entidades nas respectivas bases e encaminhar ações concretas a respeito.

## Não à guerra

A Carta de Teresina destaca já no seu início uma dura crítica à política dos Estados Unidos, lembrando que o encontro ocorreu às vésperas “de mais um anunciado holocausto promovido pela necessidade do capital imperialista de reconstituir seus lucros e avançar numa ainda maior concentração de poder econômico e militar, no controle geopolítico sobre as fontes petrolíferas e toda a região do Oriente Próximo, via imposição de uma guerra covarde e genocida”.

O Congresso reafirmou sua solidariedade internacionalista “com o povo do Iraque, com a heróica luta do povo palestino, exemplo histórico de resistência popular anti-imperialista, com a luta de todos os povos latino-americanos”, e em especial, neste momento, com os povos da Argentina, Bolívia e Venezuela, que “apontam uma perspectiva de transformação revolucionária”.

# GT Fundações e flexibilização do RDIDP

No dia 19/3, o tema da reunião do GT Fundações foi a flexibilização do RDIDP. Mais precisamente, pretendia-se discutir “as condições em que o docente em RDIDP pode dedicar-se a atividades estranhas ao regime”.

A professora Telma Zorn (ICB), representando as “unidades com perfil de RDIDP”, enfatizou, a partir da experiência de sua unidade, o papel primordial do RDIDP na produção acadêmica das unidades de ciências básicas, com pouca interação com o mercado de trabalho.

Outros pontos relevantes de sua intervenção foram sua preocupação com a criação de um mecanismo de gratificação de mérito para estimular e premiar a atuação do docente em RDIDP, sem flexibilização, submetido a avaliações periódicas; e o seu posicionamento a favor de que qualquer flexibilização do RDIDP deveria ser entendida como situação temporária e não permanente, e deveria atender a algum critério de excepcionalidade.

A seguir, o professor Benedito Machado, representante da Adusp, ratificou o RDIDP como regime ideal de trabalho numa universidade pública, o único que permite aos docentes se dedicarem integralmente às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sem pressões de exigências momentâneas de mercado ou interesses de qualquer natureza.

Entre diversas questões colocadas por ele para reflexão, convém destacar aquela que indaga se as atividades exercidas por docentes que se valem da flexibilização do RDIDP são mais relevantes que aquelas exercidas por docentes que persistem no RDIDP não flexibilizado, ou se simplesmente têm um maior valor de mercado, estabelecendo assim, de acordo com sua percepção, o confronto entre duas concepções: a universidade de serviços e a universidade acadêmica.

O professor Machado destacou que o aspecto crítico que precisa efetivamente de discussão é a questão salarial, concluindo que um RDIDP com salários dignos dispensaria as alternativas de flexibilização e que aqueles docentes que, pela natureza de seu trabalho, optarem por atividades de assessoria e consultoria poder-se-iam valer dos outros regimes de trabalho previstos no Estatuto.

## “Bem privado”

Sem tecer uma visão estruturada do tema em debate, o professor Juarez Rizzieri destacou o papel da flexibilização do RDIDP na intensificação da interação universidade-setor produtivo, mas não identificou as condições em que o docente poderia se dedicar a atividades estranhas ao regime.

Defendeu o ponto de vista de que as atividades de extensão autorizadas deverão ter um controle descentralizado nas unidades a que os docentes pertencem, apesar do risco inerente do corporativismo; sugeriu, enfim, que se desse um voto de confiança aos docentes que recorrem à flexibilização do RDIDP.

Quanto à remuneração do docente, defendeu uma posição polêmica de que “o conhecimento é um bem privado” e, como tal, o docente pode cobrar o que o mercado se dispuser a pagar. Enalteceu os professores responsáveis que viram na flexibilização do RDIDP uma oportunidade de permanecerem em tempo integral na universidade pública (ainda que, em muitos casos, atuando em fundações privadas).

## Importância do RDIDP

O professor José Augusto Aranha (EP) falou em nome das unidades que dispõem de fundações de apoio. Reafirmou a importância do RDIDP mesmo para uma escola de engenharia. Só a partir da segunda metade da década de

80, com o aumento expressivo do número de docentes em RDIDP, fruto tanto da flexibilização como do enfraquecimento do mercado de trabalho, houve o amplo espriamento, na EP, das atividades de pesquisa e extensão, antes restritas a poucos departamentos.

O professor Aranha argumentou que a EP não pode estar a reboque do mercado, mas também não pode dar as costas. Segundo ele, não são as atividades de assessoria ou consultoria as que deveriam ser privilegiadas no relaciona-

mento entre a escola de engenharia e o setor produtivo, mas sim atividades de pesquisa e desenvolvimento que envolvessem grupos de pesquisa constituídos por docentes e estudantes de graduação e pós-graduação.

Defendeu ainda que os recursos provenientes dos convênios entre a USP e empresas possam ser utilizados para complementação salarial dos docentes, porém com apropriação de parcela substancial pela universidade pública, sem interferência de fundações.

## Ato público em 25/3 denuncia punição de estudantes

*Reitoria aplica penas de suspensão contra 8 alunos envolvidos na ocupação do CO em 2001*

No último dia 14/2, foi anunciada a punição para os estudantes processados em razão da ocupação do CO realizada em 26/6/2001. Dos oito alunos contra os quais foi aberta a sindicância, cinco já se formaram ou desligaram-se da USP. Os três restantes são Carlos Sartorelli, estudante de Ciências Sociais, que recebeu uma suspensão de 45 dias, Luís Cláudio Longo, aluno de Filosofia, que recebeu suspensão de 15 dias, e Laura Cymbalista, da Faculdade de Educação, também suspensa por 15 dias. Todos eram membros do DCE.

Em 26/6/2001, o Conselho Universitário reuniu-se para apreciar, entre outros itens da pauta, a proposta da Reitoria de regulamentação das fundações de direito privado que atuam na USP, sem debate prévio na comunidade. Os estudantes não puderam participar da sessão do CO e decidiram ocupar a sala de reuniões do colegiado, impedindo assim que a proposta fosse submetida a votação. A gestão Marcovitch abriu sindicância contra oito alunos, dos cerca de 200 que participaram da ocupação.

## Prontuário

A punição constará no prontuário de cada aluno, que poderá ser revisto após o prazo de um ano caso não haja reincidência. Segundo Pedro Malavolta, diretor do DCE, essa política de registro provisório inibe dentro deste prazo a participação legítima dos alunos no movimento discente. O prontuário do aluno é um documento exigido na maior parte dos concursos públicos.

## Vanucchi Leme

Para rememorar os 30 anos do assassinato, pela Ditadura Militar, do estudante de Geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme, o DCE, o Centro Paulista de Estudos Geológicos (Cepege) e o Centro Acadêmico de Ciências Sociais (Ceupes) realizaram a Semana Alexandre Vannucchi Leme, de 17/3 (data da morte) a 25/3. Nesta última data será realizado um ato público contra a punição dos estudantes envolvidos com a ocupação da sala do CO. O ato de 25/3 ocorrerá em frente à Reitoria, durante a reunião do CO.

## DEPOIMENTOS SOBRE O 22º CONGRESSO DO ANDES

### FLÁVIO TAVARES

#### **“Importante é o sentimento contra o desmonte do Estado”**

O professor Flávio Tavares, da Esalq, considerou enriquecedora a experiência. “Integrei a delegação da Adusp com o propósito de aprender e conhecer melhor o trabalho do Andes-SN. Foi gratificante, pois o espaço é de aprendizado tanto sobre conteúdo, como sobre as estratégias de sustentação das opiniões. Nos debates em grupos com participantes de diferentes associações docentes, os mais experientes contribuíram para esclarecimentos gerais, contudo toda temática foi amplamente debatida e democraticamente, pelo voto da maioria, foram aprovados ou rejeitados”.

As propostas aprovadas, levadas à plenária, novamente foram submetidas a discussão e votação. “O que foi aprovado recebeu, pelo menos, votação favorável em duas instâncias. Considero de mais destaque do Congresso a posição majoritária contrária à reforma previdenciária, inclusive com indicativo de greve, caso entre em tramitação a PL 9. O mais importante, no caso, é o sentimento contra o desmonte do Estado e sua submissão aos pacotes reformistas, que já provaram ser desastrosos em outros países. Resistir a tais reformas, apressadas, sem oportunidade de amplo debate, parece ser a disposição de todos os delegados presentes.”

### ARSENIO PERES

#### **“Esclarecer a população sobre a Previdência”**

O professor Arsenio Peres, da FOB, considera-se disposto a cumprir “com raro prazer” as tarefas delineadas pelo 22º Congresso. Como os outros delegados, ele destaca, em texto que preparou para o Informativo Adusp, a discussão da questão da Previdência: “Pasmem, agora assistimos a ressurreição do PL 9, o governo que elegemos pode (vai) encaminhar para a votação uma seqüela do governo FHC que cria fundos de pensão complementar e dá outras providências. Egresso do 22º Congresso do Andes-SN, ouvi o professor Luís Carlos Lucas, presidente deste Sindicato, afirmar de modo enfático que não entende como um governo formado por pessoas que sempre lutaram contra a privatização da Previdência agora estão tomando rumos contrários”.

Uma vez aprovado pelo 22º Congresso o indicativo de greve contra a tramitação do PL 9, torna-se necessário, diz ele, esclarecer a população: “Nós professores temos a obrigação de comentar com nossos pares, alunos e todos que por ventura façam parte do convívio cotidiano o porquê de nossa posição, e mais, se possível incentivar o apoio à causa que é de todo brasileiro”.

### CÉSAR MINTO

#### **“Indicativo de greve contra o PL 9 foi decisão acertada”**

O professor César Minto, da Faculdade de Educação, presente no 22º Congresso do Andes como delegado da Adusp, julga que ele aconteceu em um momento político importante, e considera a pauta de grande relevância. Para ele, a principal deliberação, que foi o indicativo de greve contra o PL 9, foi acertada, por ter sido definida como um protesto contra uma determinada medida, e não contra o governo Lula.

Como um ponto positivo, destacou a organização e a infra-estrutura, mas fez uma pequena ressalva quanto à organização. Segundo ele, a burocracia foi prejudicial para o andamento das discussões, uma vez que as assembléias não podiam ser prorrogadas por mais de 1 hora. Dessa forma, os assuntos foram sendo jogados para a plenária final, esta sim, sem hora para acabar. Isso fez com que a última plenária tivesse início na quinta-feira à noite e só fosse encerrada na sexta-feira às 6h30 da manhã.

Como consequência, temas importantes, como a definição de indicativos sobre educação como um todo, foram empurrados para a madrugada. Outros fatos que para ele merecem destaque foram a presença de delegados de todo o Brasil e também a resistência às formas administrativas e processos de avaliação do ensino superior implantados no Brasil.

## Agenda de debates

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF) organizou um Seminário Nacional sobre a Reforma da Previdência, que acontecerá no dia 25/3, no Congresso Nacional.

Nesse mesmo dia, terá início em Campinas um Círculo de Debates organizado pela Adunicamp, com exposições de Luiz Gonzaga Belluzzo (25/3), Ricardo Bellofiore (2/4), Júlio César Vergara (3/4), Dércio Munhoz (8/4), Mário Luiz Alves (10/4), Paul Singer (22/4) e da própria Adunicamp (24/4).

## Agenda da campanha salarial

### 2/4/2003

#### Entrega da pauta de reivindicações do Fórum das Seis

### 10/4/2003

#### Ato de lançamento da Campanha no campus da USP-SP

# Avanços nos debates do GT Fundações

No dia 12/3 o Grupo de Trabalho sobre Fundações, do qual a Adusp participa com cinco representantes, deu sequência à sua programação debatendo o tema: “Em que condições a USP deve ter ou deve se relacionar com fundações? Formas alternativas de relacionamento com entidades externas à Universidade”.

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 134, o tema da reunião anterior foi retomado com a apresentação de uma proposta, preliminar, pelo professor João G. de Oliveira, representante da Escola de Engenharia de São Carlos, e de uma análise elaborada pelo professor Gabriel Cohn, da FFLCH.

## “Agilizar a USP”

O professor da EESC, depois de analisar a situação e tecer considerações sobre o que ouviu nas reuniões do GT, propôs: a) agilizar a USP; b) criar regras para o relacionamento USP e fundações.

“Se alguns procedimentos puderem ser realizados diretamente pela USP, ou à medida que isto for sendo possível, que se faça a transferência das atividades para a Universidade, deixando que as Fundações operem com eficiência e com regras claras naquilo que a Universidade não puder executar e enquanto ela não puder executar, ou seja, a Fundação cobrirá, e deverá fazê-lo com eficiência, o buraco temporal em que a

USP se organizará para assumir esta atividade”.

O professor Cohn, depois de apresentar interessante análise a respeito da comunicação da USP com a sociedade, das demandas e pressões que atingem as universidades públicas, afirmou: “Há dois padrões, portanto, de Universidades: 1) pública, autônoma, de excelência, voltada para a formação e pesquisa de relevância para a sociedade e 2) privada, eficaz, de rentabilidade, voltada para serviços de importância para o mercado. Assim, visualizados estes conceitos em correlação com os princípios e a eficácia, chegamos às seguintes conclusões:

1ª – a) a eficiência é o cumprimento dos princípios e, nas instituições públicas, eles correspondem à sua orientação, fim mesmo de sua criação; b) os resultados, na instituição pública produzidos (pesquisa, formação de quadros e extensão de serviços), são bens públicos (e não mercadorias); c) que o seu padrão é o da excelência (e não o da rentabilidade);

2ª – que estruturas alternativas de gestão (tipo fundações), criadas para dar apoio à prestação de serviços, não devem ser criadas como forma de captação de recursos;

3ª – que as fundações ou entidades congêneres devem ter caráter só operacional, nunca substantivo,

não podendo fazer nada que não tenha sido decidido e determinado pelas Unidades da USP;

4ª – As entidades de apoio devem ter estrutura enxuta e não deverão contar com docentes e pesquisadores em sua gestão;

5ª – os controles não devem se restringir ao plano administrativo-fiscal, ou punitivos, mas deve haver ênfase no controle acadêmico”.

## Intervenção da Adusp

Durante os debates, os representantes da Adusp apresentaram suas considerações sobre o tema em pauta que resumimos a seguir: 1) a forma de criação e a atuação das fundações privadas apresentam aspectos que são incompatíveis com a ética acadêmica e com a legislação; 2) as fundações privadas, criadas a pretexto de contornar dificuldades administrativas e entraves legais, acabaram por trazer enormes distorções nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na USP; 3) para o desenvolvimento das atividades fins da USP, não há nada que seja feito via fundações que não possa ser feito ou vir a ser feito pela própria USP.

A equipe que representa a Adusp também apresentou as seguintes idéias:

1. A criação de um órgão na universidade, que poderia ser uma secretaria especial ou uma pró-reitoria, para

gerenciar convênios e resolver entraves administrativos que dificultem o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão na USP;

2. Que a administração da universidade promova ações para remover as dificuldades de natureza legal, fora e dentro da USP, que atualmente impedem o bom andamento dos trabalhos acadêmicos.

A opção pela Universidade Pública é consenso. Os debates evidenciaram a importância e urgência de se trabalhar no sentido de dar agilidade à administração e de se remover dificuldades de natureza legal, de origem interna e externa à USP, que prejudicam o andamento das atividades acadêmicas e tolhem o relacionamento da universidade com a sociedade.

Foi ressaltada a necessidade de se estabelecer regras de transição para a passagem da situação atual para um novo modelo, a ser aprovado pelo CO, com a perspectiva de que a universidade possa administrar nos limites das suas finalidades, sua relação com os setores externos a ela.

A possibilidade de uma única fundação, pública, administrada pela USP, como mecanismo de transição, foi considerada. A discussão a respeito de overheads, que devem vir em benefício da instituição, e não do indivíduo, deve ser aprofundada. Divergências persistem, mas houve um inegável avanço nos debates.

## Assembléia da Adusp

27/3/2003, 5ª feira, 17 h, Anf. da História

- Campanha salarial: indicativos do Fórum das Seis
- Previdência: indicativo de greve contra o PL 9